

A MULHER NEGRA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM *MENINO DE ENGENHO* DE JOSÉ LINS DO REGO

ZÉLIA MONTEIRO BORA*

MARINA RODRIGUES DE OLIVEIRA**

RESUMO

Os romances do ciclo da cana-de-açúcar, do escritor paraibano José Lins do Rego (1901-1957), e a sua relação com a sociedade e a cultura destacam-se como abordagens ficcionais, através das quais o escritor buscou representar aspectos relevantes para o entendimento das relações de gênero no Nordeste, no começo do século vinte. Tal representação, indiscutivelmente, reflete a perspectiva de um narrador profundamente marcado pelo lugar privilegiado de onde narra e de sua condição existencial, como o neto de um senhor de engenho. Diante desses aspectos, propomo-nos a analisar brevemente as implicações dessa perspectiva sobre a construção simbólica da personagem negra representada no romance. Para tanto, serão utilizados como referenciais críticos, além do citado romance, os estudos de Zagury (1982), Albuquerque Jr. (1999), Azevedo (1996, 2007), Freyre (2006), Chaguri (2007), Schwarz (2008) e Raboni (2008).

PALAVRAS-CHAVE: Identidade, mulher negra, *Menino de engenho*.

Menino de engenho é considerado, pela crítica, como um romance autobiográfico. Retomando a tradição romântica, José Lins do Rego se apropria do tema da educação, já anteriormente exaurido pelos enciclopedistas, no século dezenove, e passa a descrever a iniciação de um menino à vida adulta, no Nordeste do Brasil, nos anos trinta.

Como decorrência dessa motivação, associada aos traumas provocados pela Primeira Guerra Mundial, o Modernismo retoma essa relação entre infância e memória como um dos temas essenciais da

* Professora da Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa, PB).
E-mail: zeliabora@yahoo.com.br

** Pós-Graduada em Letras na Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa, PB).
E-mail: marinabogea@gmail.com

literatura brasileira (ZAGURY, 1982). Tanto no Brasil quanto na América, o tema da infância se constitui como emblemático à própria definição da identidade nacional, como também refere-se à do próprio continente.

Narrativa escrita em primeira pessoa, na qual a voz do escritor se confunde com a voz do menino Carlos, cuja mãe (D. Clarisse) é assassinada pelo marido, pai do menino. Após esse fato, e com a prisão do responsável, o jovem se muda para o engenho do avô materno, o coronel José Paulino.

É relevante enfatizar que a identidade pessoal do menino é criada e narrada por ele próprio, fato esse que remete simbolicamente à própria história da literatura brasileira, em evolução no início do século vinte, em seus primeiros anos de autonomia estética.

Iniciando a sua produção literária nos anos trinta, José Lins, seguindo as sugestões de Gilberto Freire, seu amigo pessoal, passa a destacar aspectos relacionados ao seu exercício intelectual, contribuindo para a construção do que hoje se encontra sob questionamento: a existência de uma identidade nordestina, como desejavam os intelectuais nordestinos modernistas. Embora não seja nosso objetivo principal, neste artigo, dar prosseguimento a essa vasta discussão sob roupagens contemporâneas, pode-se afirmar que a visão enfatizada tanto sobre o Nordeste quanto sobre os personagens do romance de José Lins prestou-se à criação de visões essencialistas e, sobretudo, estereotipadas sobre a região e seus habitantes.

Inquestionavelmente engajados nesse projeto de criação de uma identidade homogênea e profundamente hierarquizada de sociedade, prevalece, no romance, a força determinante do narrador, filho de uma classe abastada que, embora marginal, possui força de contestação discursiva, sob a qual justifica as suas ações diante do leitor como verdades incontestáveis. Entretanto, José Lins não foi o único escritor nordestino a sedimentar essas perspectivas sobre a identidade nacional. O romance nordestino de trinta, através de escritores como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e outros intelectuais, endossou como uma marca de diferenciação, embora autoritária, uma narrativa hegemônica aos moldes do patriarcalismo nordestino.

As memórias do menino Carlos se centralizam sob a sua nova experiência. As mudanças que o personagem sofre serão essenciais, formalizam a sua autodefinição, não se restringindo apenas ao plano

geográfico (cidade/campo), mas também ao afetivo, psicológico e às relações interpessoais, que acompanharão o seu desenvolvimento até o início da puberdade.

Vale a pena ressaltar que, ao mesmo tempo em que o menino, já adulto, narra a sua vida “desregrada”, centraliza-se uma “outra narrativa” sob as margens do próprio texto, que reconfigura simbolicamente uma crítica sutil a respeito do decadente sistema patriarcal como um modelo ideal de sociedade. Sem mãe, criado por tias solteiras e sob as ordens de um velho patriarca que fundamenta o seu poder no exercício da violência de cangaceiros para obter as vantagens pessoais e políticas em relação aos demais senhores de engenho, o menino formaliza sua educação. Por intermédio desse modelo de autoritarismo, o menino teve, ao contrário, a sua educação moral e intelectual negligenciada, tornando-se um adulto condescendente com as coisas da vida prática, enquanto, sexualmente, torna-se abusivo, desmoralizado, adepto do sexo pago e clandestino. Essas evidências são explicitadas, no texto, por imagens que remetem a uma sexualidade bestial, que distingue a precocidade do rapaz como um “macho entre fêmeas no cio”, vindo a ser “punido” quando finalmente contrai sífilis. Sem comprometimento com a futura posição de senhor do engenho Santa Rosa, do qual eventualmente será herdeiro, seu desleixo como adulto será uma das causas da ruína do engenho como pode ser verificado através do último romance do ciclo da cana de açúcar, *Fogo morto*.

Já a morte brutal de sua mãe se torna emblema de um grito ecoante que ressoa como uma denúncia sutil à violência histórica perpetrada contra as mulheres da região. Como uma mulher “branca”, filha de senhor de engenho, a mãe de Carlos não consegue superar a vulnerabilidade da violência doméstica, da qual se torna vítima fatal.

Se as mulheres “brancas” vivem socialmente segregadas sob os muros do engenho ou são covardemente assassinadas pelos seus maridos, como o fez o pai de Carlos, o que diz o romance sobre a opressão das mulheres negras e socialmente marcadas pelo estigma da escravidão?

Como um arcabouço referente à história do patriarcalismo, sustentado sob uma moral conservadora e discriminatória, a narrativa romanesca se mantém fiel à História, às avessas. O modelo patriarcal, entrevisto, cujo modelo se baseia no clã senhorial e parental, encontra-se visivelmente obstruído. A estrutura familiar que o romance representa é

pequena e bastante insignificante, quando comparada às grandes famílias patriarcais formadas por vários descendentes, parentes, aderentes e agregados. Nesse caso, a imagem do pai, representada pelo coronel José Paulino, é a de um ancião que, embora seja respeitado entre os vizinhos, já não pode contar com os dias de glórias do passado, como já mencionamos. A predominância política de sua descendência é visivelmente questionável. Como uma família patriarcal, restam apenas mulheres solteiras, loucas ou crianças ilegítimas, mergulhadas na ignorância. Nada se sabe sobre os braços masculinos, profundamente necessários à manutenção do engenho, como nos tempos da escravidão. Parentes e aderentes se encontram também em estado de decadência contínua e irrecuperável, como o caso de seu perverso e cruel primo, o senhor do Engenho Santa Fé, como conta *Fogo morto*. Em resumo, o núcleo familiar tão importante à manutenção da família patriarcal, que norteia a razão de ser do senhor de engenho, essencialmente inexistente. Tanto a imagem do *pater* quanto a do senhor de engenho encontram-se, nos dois romances, severamente destituídas.

Igualmente trágica e determinista é a visão no romance *Menino de engenho*, no tocante às mulheres negras. Proveniente de uma visão racista e determinista sobre o papel negativo dessas sobre a família patriarcal, na qual, de vítimas, tornam-se, na visão luso-brasileira, corruptoras dos costumes e da moral da sociedade brasileira. Essa justificativa se encontra respaldada na argumentação de que a família nordestina moderna seria uma adaptação do sistema colonial.

Com base em alguns dos aspectos sociais sobre a família patriarcal durante o regime escravocrata, pode-se dizer que o modelo de família patriarcal, configurado na narrativa literária, encontra-se em consonância com a visão dos intelectuais na década de vinte, que, por sua vez, naturalizou, historicamente, o modelo patriarcal como uma adaptação do sistema colonial. Ainda na referida década, sob o processo de modernização das estruturas de produção, o principal articulista dessas ideias foi Gilberto Freyre, que através dos seus principais trabalhos – *Sobrados e mocambos* e *Casa-grande e senzala* – serviu como fonte a posteriores estudiosos, como assinala a seguinte passagem:

Autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Antônio Cândido são alguns dos exemplos dentro da historiografia brasileira

que se utilizaram desse conceito elaborado por Freyre. (RABONI, 2008)¹

Sem, no entanto, nos aprofundarmos nessa discussão sob a tentativa de reduzi-la, pode-se afirmar que o romance de trinta, do qual o de José Lins é parte, consegue, esteticamente, dar evasão a esses debates ideológicos, especialmente quando relacionado à discussão sobre a identidade nacional, sobretudo quando procuramos um entendimento sobre a origem da formação do caráter estereotipado da mulher negra nestas narrativas. Entretanto, julgando a obra dentro de sua própria historicidade e circunstâncias sociais naquele período, o escritor aparece como partícipe e, ao mesmo tempo, crítico da sociedade em que viveu, julgando-a através das margens do seu texto romanesco.

Referindo-se, portanto, ao delineamento dessas personagens através do romance supracitado, verifica-se que essas se adequam à designação de personagens planas. Essas personagens são mais bem entendidas em bloco e desempenham, na narrativa, funções quase coletivas. Pobres e maltrapilhas são representadas à luz de uma estrutura realista, cujas raízes beiram o naturalismo. Associado a elas, aparece um grupo de crianças sem sobrenome (uma representação dos seus papéis sociais na sociedade). Muitas delas, sem nome e sobrenome, são chamadas apenas de moleques:

Uma porção de moleques me olhavam admirados. E andei de mão em mão, olhando e examinando de cabeça aos pés. Levaram-me para a cozinha. As negras queriam ver o filho de D. Clarisse. Foi uma festa na casa.

– Vai mostrar o menino à Tia Galdina!

E me conduziram para um quarto na dependência da casa-grande. Era uma camarinha escura, com cheiro de coisa abafada. Lá dentro estava uma negra velha deitada.

– Tia Galdina, olhe aqui o menino de D. Clarisse. Chegou com o Dr. Juca, de Recife. (REGO, 1980, p. 7)

Como se pode observar, as representações das negras, nos romances de José Lins, como também nos romances que o antecedem, a exemplo de *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, “pertencem” sempre à cozinha ou à rua, dois condicionantes sociais que caracterizam

a experiência social de milhares de mulheres negras, no começo do século vinte.

Sob condições sociais humilhantes, quase que inteiramente naturalizadas pela desumana herança da escravidão, essas mulheres são consideradas, no romance, como objetos de um “trabalho indigno”, sempre subservientes, e também objetos do desejo. Elas estão sempre maltrapilhas ou cheirando à comida, pela proximidade eterna da cozinha, aliás um paradigma que se cristalizou no imaginário social brasileiro. Essas mulheres são cercadas de filhos bastardos, que multiplicam sobre si as misérias de suas mães, como na época da escravidão. Essas crianças completam o ciclo de representações sobre a opressão racial da qual se tornaram vítimas históricas. Como a grande maioria das mulheres negras representadas literariamente, as de *Menino de engenho* não possuem, como quase todas as mulheres pobres, consciência de sua opressão. A mesma situação acontecerá também com as mulatas, cujo destino na narrativa difere muito pouco das demais mulheres “de cor”, seja nos quartos da Casa Grande, como babás, na roça, no plantio da cana ou nas ruas, como prostitutas.

As mulatas, aliás, representam, nessas narrativas, a função de iniciadoras sexuais e repositórias do prazer dos seus patrões ávidos por exercerem a luxúria como faziam os donos de escravos, tornando-os objeto de sua lascívia. Uma visão análoga às mulheres negras e mulatas em *Casa grande e senzala*, o que certamente não pode ser tida como uma feliz coincidência entre os dois escritores, uma vez que José Lins do Rego teve Gilberto Freyre como seu mentor intelectual, de quem recebeu grande influência, especialmente na construção do chamado Regionalismo ideológico e estético.

Herdeiro de intelectuais como Nina Rodrigues e Silvio Romero, Freyre herdou desses uma ambiguidade bastante marcante sobre o papel do negro na sociedade brasileira e na sua contribuição sobre o caráter nacional, pois as ideias de seus antecedentes

[c]oincide [m] com a emergência de uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social. Largamente utilizado pela política imperialista européia, esse tipo de discurso evolucionista e determinista penetra no Brasil a partir

dos anos 1870 como um novo argumento para explicar as diferenças internas. Adotando uma espécie de “imperialismo interno”, o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações sociais. Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade. Negros, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos – “classes perigosas” a partir de então – nas palavras de Silvio Romero transformavam-se em “objetos de sciencia” (prefácio a Rodrigues 1933-1988). Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades. (SCHWARZ, 2008, p. 28)

Da presente citação, pode-se perceber que o mérito dos três intelectuais se situa na consonância de suas visões, condicionadas às ideologias europeias da época, abrindo, dessa forma, precedentes aos debates históricos contemporâneos, que culminaram com a destruição do mito sobre a Democracia Racial no Brasil, hoje uma verdade incontestável.

Quando retomamos essas ideias, em função do delineamento e criação de uma subjetividade feminina, criada por homens do período, esses aspectos se situam como fatores importantes e bastante irônicos, tanto para a análise da relação entre homem/mulher quanto para análise da relação entre patrões e empregados, especialmente pela manutenção das relações de dependência servil entre brancos e negros, homens e mulheres na sociedade. A exemplo do regime escravocrata perpassado pela criação de uma ideologia patriarcal, a criação do Nordeste dos anos trinta se encontra ideologicamente demarcada pelas contradições entre a casa grande e a senzala. Embora o tempo vivido por Carlos seja posterior à abolição da escravatura, o romance assinala uma mensagem de que nada mudou entre senhores e os subalternizados no começo do século vinte.

Isoladas na escala mais inferior da pirâmide social, tanto a mulher negra do romance quanto a escrava, sua antecessora, relacionam-se como vítimas de um mesmo processo de subalternização. Em outros termos, pode-se dizer que a presente citação suscita ainda argumentos para o entendimento não só da relação de subordinação das mulheres e das crianças negras, sempre mantidas pelos seus patrões na pobreza e na ignorância, mas também a manutenção latente do racismo pela aparente indiferença da cor através do suporte incondicional a uma cor

específica, a branca, em detrimento das demais. Assim, mesmo após mais de cem anos da abolição da escravatura, o romance de José Lins nos mostra como mulheres negras e crianças viveram socialmente sob um racismo tropical, aliado a uma ideologia patriarcal que enumera especialmente a mulher negra como um duplo outro, pelo domínio de sua mente e sexualidade. Ao contrário das mulheres brancas, as negras e mulatas são ainda mais socialmente destituídas do que as primeiras, uma vez que a sua sexualidade não pode ser reclamada em termos de um dote, fortuna ou nome de família, pois nada possuem.

No romance, como na grande maioria das narrativas brasileiras que antecederam o período, a linguagem das relações sexuais se encontra representada por toda a narrativa, como símbolo de força e do poder masculino. A pretensa associação da familiaridade entre o patriarca e as mulheres, nesse caso, negras, expressa através das palavras da velha Galdina, exemplifica a simbólica sedimentação da domesticidade, sempre subalternizada e submissa dessas mulheres.

Inteiramente dependente dos patrões para manter a sua frágil e velha existência, Dona Galdina pode ser considerada como um exemplo da resignação e aniquilamento total da individualidade feminina negra, ignorada em termos morais, emocionais, sociais e políticos diante da subjetividade masculina, representada pelo senhor de engenho e seu neto. Sem esboçar nenhuma consciência ou reação perante sua pobreza e a exploração do seu corpo, agora envelhecido, a sua bondade, incapaz de esboçar qualquer razão de revolta, constitui muito mais uma utopia da classe dominante sobre o eterno bom e submisso negro, como sonhavam os senhores de escravos e, posteriormente, os senhores de engenho e patrões do século vinte, no Nordeste.

Em 1930, os homens nordestinos ainda detêm as suas identidades políticas, tanto na escrita quanto na vida prática. Como uma marca de gênero, nos romances de José Lins do Rego, os homens ainda são homens e as mulheres, mulheres, e pouco se pode diferenciar, nesses romances, as diferenças entre os indivíduos pelas suas mentes. Essas diferenças separam, psicologicamente, de forma radical, no romance, o mundo masculino e feminino, tendo as mulheres como produtoras de domesticidade, destacando, nesse caso, o total isolamento do mundo da mulher negra, que permanece, até o final da narrativa, sem nenhuma

esperança de mudança, a não ser pelos sinais de decadência do patriarca, que produzirá deslocamento dos sujeitos.

No caso dos romances do ciclo da cana de açúcar, esse deslocamento da subjetividade negra não será produzido por uma mulher, mas por um homem, o moleque Ricardo, que romperá o determinismo social como “moleque” de engenho para viver em um centro urbano, sob o qual conhecerá outras formas de opressão produzindo sobre si diferentes modos de conhecimento.

Visto sob essa perspectiva, o tratamento dispensado a Galdina como “tia” se torna oposto ao seu sentido pleonástico, denotando a ironia da situação. Ao longo do romance, são apresentadas outras personagens negras, como os indefinidos “moleques” que brincam com Carlinhos, a exemplo de Zé Passarinho, e de outros habitantes do Engenho Santa Rosa e suas circunvizinhanças, como Luísa, Zefa Cajá, Chico Pereira, Maria Pia, Maria Gorda, Tia Generosa, Romana, Francisca, Avelina, para citar apenas alguns.

Em tom assonante, podemos assim distinguir, no romance, a existência de duas classes de representação da mulher negra, que corresponde a muitas das referências estereotipadas, ora como feia e gorda, representando a ama de leite, ora a amante luxuriosa, do período escravagista. Como figura maternal, as primeiras são caracterizadas como aquelas que geralmente possuem idades mais avançadas. Dedicadas aos afazeres domésticos do engenho, essas negras, no romance, são representadas pela negra Luísa, Maria Gorda, Tia Generosa, Romana e Avelina. Já o papel sexual é descrito através de uma libido promíscua e insaciável, sendo eufemisticamente atenuada pela impressão de que as mulheres, não os homens, são naturalmente filhas de Eva, como mães e transgressoras da ordem e a moral, levando o homem à ruína social e moral. Aliás, essa visão permanece como a reiteração de outros relatos canônicos, inclusive o bíblico, tornando mais expressivo o paradigma da correlação entre a domesticidade e a produção do desejo. No romance, essa correlação pode ser analisada através de Maria Pia, Zefa Cajá e Francisca.

Constituindo-se como um forte relato memorialista, *Menino de engenho* se constitui também como uma descrição de forte representatividade social e psicológica.

Na verdade, como um romance memorialista a partir da perspectiva de Carlos, adulto que relembra a sua infância, observa-se que seu relato, por si só, constitui uma ruptura simbólica com a ideologia do patriarcalismo, tanto do ponto de vista estilístico quanto da representação do próprio personagem Carlos, em seu papel de homem e herdeiro social de José Paulino. Sob um patriarcalismo já decadente, Carlos se torna um indivíduo sexualmente precoce, em desencontro com uma emotividade instável e dependente:

Tinha uns doze anos quando conheci uma mulher, como homem. Andava atrás dela, beirando a sua tapera de palha, numa ânsia misturada de medo e de vergonha. Zefa Cajá era a grande mundana dos cabras do eito. Não me queria.

– Vá se criar, menino enxerido.

Mas eu ficava por perto, conversando com ela, olhando para a mulata com vontade mesmo de fazer coisa ruim. Ficou comigo uma porção de vezes. Levava as coisas do engenho para ela – pedaços de carne, queijo roubado do armário; dava-lhe o dinheiro que meu avô deixava por cima das mesas. Ela me acariciava com uma voracidade animal de amor: dizia que eu tinha gosto de leite na boca e me queria comer como uma fruta de vez [...]. (REGO, 1980, p. 85-86)

[...] Eu não tivera irmãos porque nascera na cidade, longe da salubridade daqueles úberes de boas turinas. Mas a mãe-de-leite de Dona Clarrise, a Tia Generosa, como a chamávamos, fazia as vezes de minha avó. Toda cheia de cuidados comigo, brigava com os outros por minha causa. Quando se reclama tanta parcialidade a meu favor, ela só tinha uma resposta:

– Coitadinho, não tem mãe. (REGO, 1980, p. 41)

As referências a leite, avó, mãe de leite são signos que sugerem essa imaturidade e incompletude de um homem emocionalmente incapaz.

Fluida e fragmentada, a memória de Carlos é a de um patriarcalismo em crise. Portanto, a crise do personagem é paralela à crise simbólica do patriarcalismo. Essa correlação pode ser percebida no confronto entre o adolescente e Zefa Cajá. Adjetivada como “mundana”, não sendo reconhecida por nome, nem sobrenome, fator que denota a sua condição de marginalidade, próprio a uma prostituta. “Destituída” dos

laços afetivos, a mulher matém sobre o adolescente um poder que não possui perante os demais homens: o poder das palavras.

É necessário frisar que características como bondade, generosidade e sagacidade, atribuída às mulheres negras, proporcionam-lhes um domínio conferido apenas no âmbito do texto, uma vez que a realidade lhes nega direito à voz e dignidade humanas. Dois importantes aspectos podem ser depreendidos: a condição de marginalidade, comum às vidas dessas diferentes mulheres negras, difere, profundamente, como já sugerimos, de suas contrapartes brancas. No que se refere, ainda, às condições sociais as quais estão submetidas as mulheres negras, pouco difere da época da escravidão, como sugere a citação:

[...] Nós mexíamos pela senzala, nos baús velhos das negras, nas locas que elas faziam pelas paredes de taipa, para os seus cofres, e onde elas guardavam os seus rosários, os seus ouros falsificados, os seus bentos milagrosos. Nas paredes de barro havia sempre santos dependurados, e num canto a cama de tábuas duras, onde há mais de um século faziam o seu coito e pariam os seus filhos. (REGO, 1980, p. 41)

Ainda, “locas”, “paredes de taipa”, “paredes de barro”, “tábuas duras” são palavras e expressões que reincidem sobre a insalubre existência, sob a qual se encontram submetidas essas mulheres e suas crianças.

Mesmo sob o advento da nova República, e com o fim da escravidão, das quais o romance se torna protagonista, não há mudanças nas condições sociais na vida dessas personagens. Embora socialmente tratadas de forma diferente das negras, as tias do menino, Maria e Sinhazinha, são ambas marcadas pelo mesmo esboço de domesticidade que atinge todas as mulheres, exceto pelo fato de que as patroas cumprem, a rigor, os dois lados ambíguos do patriarcalismo, o corporativismo e paternalismo, representados pelas qualidades “afeição” e “arrogância”, presentes nas duas mulheres, de formas complementares. No caso das mulheres negras, ao contrário, essas facetas lhes são impostas com a finalidade de lhes lograr o controle e impor, sobre elas, uma falsa identidade.

Ainda explorando um pouco a questão do Modernismo, em função da problemática Regionalista, essa, por sua vez, tida como um modelo básico para a criação de um Nordeste simbólico, pela introdução de estereótipos popularizados nos romances e também no imaginário

nacional, a ser representado por sucessivas narrativas atravessadas no passado, que sobrevivem em formas de novas narrativas, pode-se, ainda, dizer que, apesar da interligação existente, o Modernismo e Regionalismo apresentam divergências conceituais, como salienta o trecho:

Embora aparentemente modernismo e regionalismo pudessem se dar as mãos em torno desse ponto [o nacionalismo], a verdade é que, mais uma vez, a postura dos dois movimentos não era a mesma. A perspectiva dos que defendiam o regionalismo como bandeira era particularmente estática. Não havia a preocupação em extrair a essência brasileira do passado, para o qual eles estavam voltados, e dinamizá-lo, no presente e no futuro. A posição teórica dos modernistas, por sua vez, era no sentido de extrair do passado o que houvesse de essencialmente brasileiro, para retomar a tarefa de criação, no presente, de uma arte brasileira. (AZEVEDO, 1996, p. 176)

Embora a citação elaborada não esteja direcionada à discussão do assunto da perspectiva de gênero, aponta um traço relevante para o entendimento da narrativa romanesca, como um todo, e, em nosso caso específico, ao problema da memória e da criação simbólica subjetiva da mulher negra.

Essa associação relacional entre o passado e a preservação da memória torna a narrativa da identidade feminina negra como uma imagem sedimentada ao seu passado escravocrata, contado, predominantemente, por narradores comprometidos com a autoridade discursiva da classe média masculina, negando voz à mulher negra sob a condição de vítima silenciosa, que teve seu corpo transformado em uma linguagem adulterada. Assim, a existência de uma visão estereotipada a respeito da mulher negra, a partir da narrativa hegemônica, contribuiu para uma subjetividade construída de fora para dentro.

Da mesma maneira, foram criadas outras identidades dos homens, distintos pelos diferentes graus de crueldade e violência contra os mais fracos, como percebemos através do caráter rijo, em especial dos coronéis, e da austera figura do cangaceiro. Esses tipos podem ser explicados se levando em conta dois fatores: a tradição e a região. Uma tradição, portanto, que se tornou uma narrativa, transformada no desejo masculino hegemônico:

Tradição e região seriam, enfim, a síntese do projeto ideológico do Regionalismo nordestino. A partir desses dois elementos o Brasil deveria ser analisado, percebido e administrado. Nota-se que a recuperação da tradição nordestina possui o duplo intuito de valorizar a região como a parte mais autêntica do Brasil, bem como o de reivindicar para o Nordeste uma tradição e, portanto, uma história outra que aquela da decadência vivida pela região. Ou seja, a modernidade nordestina não estaria em elementos como a urbanização e a industrialização, mas sim na plasticidade de suas tradições e de seus valores. (CHAGURI, 2007, p. 66)

O romance de trinta, em especial *Menino de engenho*, explica a gênese histórica do romance nordestino.

Ao contrário da pouquíssima produção feminina enfatizada no período, o romance influenciou uma vasta produção de outras obras, que ajudaram a consolidar a chamada ideologia patriarcal. Embora ausente da chamada “sensibilidade feminina”, onde é possível identificar, em sua totalidade, a inversão simbólica dos modelos patriarcais, o romance nos mostra, dentro da estrutura de gênero, as condições das mulheres, especificamente das mulheres negras, nas primeiras décadas do século vinte, na região nordestina.

Sob essas motivações, o romance se organiza como um modelo das relações sociais, mantidas pelo patriarcalismo, onde a posição do homem se encontra definitivamente consolidada, tanto sob o ponto de vista do domínio narrativo quanto do domínio político e moral. Em efeito, os padrões de representação da sexualidade da mulher, sobretudo da mulher negra, encontram-se inseridos na relação entre sexo e poder masculino, em contraste com a domesticidade, subserviência e pobreza da mulher negra, que, por sua vez, encontra-se atrelada a uma visão ideológica neocolonizadora na modernidade.

Como foi destacado ao longo dessa discussão, as personagens femininas negras possuem, em *Menino de engenho*, duas imagens básicas: a maternal e a diabólica. Essa segunda, aliás, é representada através de uma sexualidade bestial e calculada.

Essa representação da sexualidade da mulher negra, no romance, não inclui apenas a representação do ato sexual, ou do corpo engendrado, mas, também, através de uma sexualização simbólica da narrativa, estendendo-se por todo o romance, por meio de inúmeros atributos que

marcam as diferenças entre homens e mulheres, saturando o mundo dos objetos. Nesse caso, as relações de gênero são representadas pela dimensão cultural, como uma maneira própria de pensar o mundo, fato que demonstramos através das nossas afirmativas sobre a relação entre o patriarcalismo brasileiro e o nordestino, melhor definido como uma construção narrativa e imaginária, mediante um debate intelectual entre Gilberto Freyre e José Lins do Rego, no qual ficou explícita a influência exercida do primeiro, sobre o segundo, como demonstra a passagem: “O poeta Ascenso, Aníbal Fernandes, Odilon Nestor e outros, que de acordo com José Lins, devemos a Gilberto Freyre o que não possível imaginar [...]” (AZEVEDO, 2007, p. 45).

Tal influência, entretanto, gerou um duplo olhar sobre a obra do romancista paraibano. Embora seus romances apresentem uma linguagem fluida, de fácil compreensão, retratando alguns aspectos da realidade nordestina do início do século vinte, acabam por reforçar as diferenças sociais existentes entre brancos e negros como algo “natural” e intrínseco a uma visão de ordem social fixa e irremovível, relacionada à relação entre o meio e indivíduo, negando, assim, o dinamismo da identidade. Na verdade, o poder dos estereótipos em relação ao sujeito negro e a sua criação, quando confrontado ao modelo proposto de identidade, está longe da instauração de uma ordem democrática, servindo, ao contrário, para manter a ordem hierárquica e autoritária dos grupos dominantes.

THE BLACK WOMAN AND GENDER RELATIONS IN *MENINO*
DE ENGENHO BY JOSE LINS DO REGO

ABSTRACT

The so called sugar cane cycle novels by the Parahyban writer Jose Lins do Rego (1901-197) and its relationship with society and culture constitute themselves as fictional approaches through which the writer sought to represent aspects to the understanding of gender relations in the Northeast of Brazil in the early twentieth century. Such representation, undoubtedly reflects the perspective of a narrator deeply marked by the privileged place from which he narrates and his existential condition, as the son of a plantation owner. Given these aspects, we propose to examine briefly the implications of his perspective on the symbolic construction of the black woman characteres represented in the novel. The

following studies will be used as benchmarks to our approach: Zagury (1982). Albuquerque Jr. (1999), Azevedo (1996, 2007), Chaguri (2007), Freyre (2006), Raboni (2008) and Schwarz (2008).

KEY WORDS: Identity, black women, *plantation boy*.

NOTA

- 1 A respeito da referida questão, ver ainda: *A invenção do Nordeste* (1999), de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, e *Pensando a família no Brasil: da colônia à Modernidade*, de Ângela Mendes de Almeida (1987).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana: São Paulo: Cortez, 1999.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. 2. ed. João Pessoa/Recife: UFPB/Editora Universitária; UFPE/Editora Universitária, 1996.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Em memória de José Lins do Rego*. João Pessoa: Forma Editorial, 2007.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. *Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30: José Lins do Rego, Regionalismo e Tradicionalismo*. 2007. Disponível em: <<http://bdt.ibict.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2009.

Freyre, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

RABONI, André. *Explicando o modelo de família patriarcal*. 2008. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/11060338>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/INL, 1980.

SCHWARZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZAGURY, Eliane. Proposta. In: ZAGURY, Eliane. *A escrita do eu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.